



Conselho Nacional

## ACTA N.º 05/2009

Aos 31 de Agosto de 2009 pelas 15 horas na sede da Ordem dos Advogados de Angola, sita à Rua Ho Chi Min, edifício da Direcção Nacional da Estatística, realizou-se uma reunião extraordinária do Conselho Nacional sob presidência do **Dr. Manuel Vicente Inglês Pinto**, Bastonário da Ordem, com a seguinte ordem de trabalhos:

1. Aprovação da acta anterior;
2. Preparativos da Semana do Advogado;
3. Funcionamento das Delegações Provinciais;
4. Situação dos processos disciplinares;
5. Diversos;

### Presenças:

- Dr. João André Pedro
- Dr. Flaviano Mafiló
- Dra. Idalina Vieira
- Dra. Idalinda Rodrigues
- Dr. Samuel João
- Dr. Hermenegildo Cachimbombo
- Dr. António Afonso de Sousa
- Dr. Alberto Sérgio Raimundo;
- Dr. Conceição Miguel;
- Dr. Luís Pizarro (Convidado)

### Ausências:

- Dr. Machila dos Santos

Analizada e discutida a Ordem de Trabalhos proposta, o Conselho deliberou no sentido de ser acrescentado um ponto, a designar:

- Ponto 5.º - Situação dos Advogados nas Províncias; a rubrica "Diversos" passou assim para ponto 6.º.

Sobre a Ordem de Trabalhos acordada, o Conselho deliberou:

**1.** Criar um grupo de trabalhos constituído pelos Drs. Flaviano e João Pedro, que terá como função, dar uma nova redacção à acta n.º 04/2009, de 27 de Maio.

**2.** O Conselho decidiu atribuir à Ordem dos Advogados, a responsabilidade do pagamento dos bilhetes de passagem, ou subsídios para compra de combustível para os Advogados que se deslocarem nas suas próprias viaturas, para o cumprimento de tarefas relacionadas com a participação nas reuniões do Conselho Nacional.

**3.** Ficou decidido que dia 6 de Setembro (Domingo), o Bastonário e o Dr. João Pedro, deslocar-se-ão às Províncias da Huíla e Namibe, com o objectivo da criação do Conselho Inter-Provincial (Huíla, Namibe e Cunene).

A Ordem dos Advogados deverá preparar as condições para a criação do Conselho Inter-Provincial do Centro-Sul, que englobará as Províncias do Huambo, Bié e Kuando Kubango.

Deverá também criar as condições para a eleição do Conselho Provincial de Cabinda, onde já existem 4 Advogados e 12 Estagiários.

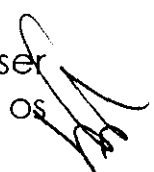
**4.** O Conselho constatou que existe uma Comissão a trabalhar no levantamento da actual situação em que se encontra a tramitação dos inquéritos e processos disciplinares;

Foi tomada a decisão de encerrar os inquéritos e processos disciplinares mais antigos, de modo a dar prioridade à conclusão da instrução dos processos mais recentes;

Maior atenção deverá ser dada à investigação e instrução dos processos sobre o "exercício ilegal de profissão de Advogado", tendo em conta as notícias a circular sobre a ocorrência desse facto em todo o território nacional, com incidência tanto em cidadãos nacionais como estrangeiros.

O Conselho recomenda uma atenção especial que deverá ser dada também aos indícios que frequentemente vêm a público, sobre corrupção e promiscuidade entre Juizes e Advogados - o que tem originado a abertura de inquéritos, entre os quais o instaurado pelo Dr. Raul Araújo, que no entanto, têm sido inconclusivos.

**5.** Foi decidido que as Delegações Provinciais da Ordem devem ser notificadas para fornecerem os contactos telefónicos, os E-mails e os domicílios profissionais dos Advogados;



Sobre os domicílios profissionais, deverá ser emitida pela Ordem uma publicação.

Foi decidido que deverá ser criado um "sistema de informação" através dos órgãos de comunicação massiva, em especial no Jornal de Angola, na Rádio Nacional e nos Canais de Televisão, onde serão publicados e transmitidos programas elaborados pela Ordem;

6. Foi proposto um grupo de trabalho constituído pelo Bastonário, o Secretário-geral da Ordem, o Dr. Samuel João e o Dr. Hermenegildo Cachimbombo, que se dedicarão à divulgação da Tabela de Honorários de Advogado aprovada pela Ordem;

Esse tema deverá incluir a informação pública, sobre as formas de cobrança dos honorários.

Foi proposta a criação de uma "Comissão de Direitos Humanos", composta pelo Dr. Sérgio Raimundo e Dra. Idalinda Rodrigues, tendo em vista não só a actividade regular da Ordem nesse âmbito, mas também a Conferência sobre "A corrupção e o papel da Lei", que decorrerá em Macau, no mês de Maio do próximo ano, sob a organização da "União Internacional de Advogados";

O Sr. Bastonário informou os membros do Conselho, que o Governo Provincial de Luanda concedeu o direito de superfície sobre um talhão de terreno que se situa junto ao ex-Largo Cerpa Pinto, onde poderá ser construída a sede da Ordem; actualmente, decorre o competente registo na Conservatória do Registo Predial;

O Conselho recomendou a remessa de cartas ao Tribunal Provincial de Luanda, Tribunais das restantes Províncias, Tribunal Supremo e Ministério da Justiça, a solicitar a instalação em todos os Tribunais do país de:

- a) Salas de trabalho para os Advogados;

- b) Estacionamentos privativos para as viaturas dos Advogados;

A mesma via deverá ser utilizada para notificar os órgãos competentes de algumas práticas ilegais e nocivas à regular tramitação dos processos judiciais, que impedem a correcta administração da Justiça, como por exemplo:

- A recusa de alguns Instrutores Criminais, da obediência ao estipulado no art. 35.º do Código de Processo Civil, (mandato judicial).

- As limitações para os Advogados, anarquicamente estabelecidas em alguns Tribunais, para as consultas e pedidos de confiança dos processos judiciais.

Os membros do Conselho tomaram conhecimento da intenção da Ordem, de realização de uma "Cerimónia de Homenagem" aos Advogados mais antigos, nomeadamente:

- Dra. Maria do Carmo Medina;

- Dr. Grandão Ramos;




- Dr. Orlando Rodrigues;
- Dra. Laurinda Jambela;

O Conselho tomou conhecimento da integração da Ordem dos Advogados de Angola, no "Conselho das Associações Empresariais de Angola".

Ficou decidido que o Dr. Luiz Filipe Pizarro e o Dr. António Joaquim são chamados a acessorar o Bastonário na execução das suas actividades estatutárias.

Nada mais havendo a tratar, a reunião foi encerrada quando eram 19 horas e trinta minutos, dela se lavrando a presente acta, que depois de lida e aprovada, será assinada pelo Bastonário.

**O Bastonário**  
  
**Manuel Vicente Inglês Pinto**